

Malan viaja para fechar acordo com credores

30 MAI 1992

JORNAL DO BRASIL



Malan: instruções finais

O acordo de renegociação da dívida externa com os credores privados poderá ser anunciado a qualquer momento, segundo revelou um alto funcionário do governo. O negociador oficial da dívida, Pedro Malan, recebeu as instruções finais sobre a posição brasileira, em jantar com o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, na quinta-feira à noite, e retornou a Nova Iorque para fechar o acordo. "Marcar data para o fechamento do acordo seria pouco inteligente, mas ele pode ser anunciado a qualquer hora", explicou o funcionário. Segundo um líder governista no Congresso, o acordo será anunciado em no máximo 15 dias.

O anúncio do acordo, na avaliação de um dos negociadores, teria efeito positivo sobre as expectativas da sociedade, afetadas negativamente pela aceleração da inflação em maio. Além disso, quando for fechado o acordo, o Brasil deixará de pagar juros pelos atrasados, reduzindo o custo da dívida. Politicamente, seria importante para criar um fato positivo na economia, também abalada esta semana pelas acusações de Pedro Collor.

Preocupado com os fatos, o ministro Marcílio telefonou ao presidente do comitê assessor dos bancos, William Rhodes, ainda na segunda-feira, para tranquilizar os credores. Marcílio disse a Rhodes que as acusações eram levianas e que tudo não passava de briga de família. O banqueiro america-

no perguntou sobre os efeitos desse fato na votação da reforma fiscal. Marcílio respondeu que o cronograma da reforma seria mantido.

No ato de assinatura do acordo, serão pagos US\$ 900 milhões aos credores privados, correspondentes aos atrasados de 1989/90. Além disso, os bancos passam a receber 100% dos juros da dívida renegociada, no lugar de apenas 30% dos juros vencidos e a vencer que vêm recebendo desde 1990. Outra vantagem: o Brasil sai da lista de maus pagadores e os credores podem liberar recursos equivalentes a

50% da dívida atrasada, que hoje estão bloqueados, por determinação legal. Além disso, detentores de títulos da dívida brasileira, os bancos poderão trocar uma parte por novos bônus garantidos pelo governo americano. "O risco do Brasil passa a ser igual ao do Tesouro americano e os banqueiros estão loucos para fechar o acordo", disse um dos integrantes da equipe de negociação, em Nova Iorque.

A demora na conclusão do acordo com os bancos privados, iniciado em agosto de 1991, é atribuída pelos negociadores brasileiros à necessidade de cumprir as ordens do presidente Fernando Collor. Ele determinou a Malan que o acordo fosse fechado o mais rapidamente possível, desde que tivesse viabilidade de implementação e que pudesse ser cumprido. Segundo um integrante da equipe econômica, já não há mais resistências dos bancos e a única dificuldade é a definição do cronograma de liberação das garantias.

Pela primeira vez, numa negociação entre países devedores e credores privados, as garantias não serão liberadas de uma vez só, mas dentro de um cronograma. Depois de acertar esses detalhes, o governo brasileiro e os bancos credores assinam o acordo de princípios, o que poderá acontecer a qualquer momento, e começa, então, uma nova fase das negociações. Será preciso redigir todos os termos do acordo, conforme as peculiaridades de cada banco.